

COMUNICADO AOS PARTICIPANTES

NÃO HÁ QUALQUER FUNDAMENTO NAS ACUSAÇÕES DO BLOG CAPITAL DIGITAL DE APLICAÇÕES IRREGULARES, COM GRANDES PREJUÍZOS AO SERPROS, REALIZADAS PELO EX-INTERVENTOR

-

ATÉ O DIA 09/06/2016, NÃO EXISTIA AUDITORIA EM ANDAMENTO NAS APLICAÇÕES REALIZADAS PELO EX-INTERVENTOR, E, PORTANTO, QUE ESTIVESSE SENDO “ABAFADA” PELOS CONSELHEIROS ELEITOS E A PRESIDENTE DO SINPPD-RS

-

O BLOG CAPITAL DIGITAL, DESDE A INTERVENÇÃO, DEFENDE OS RESPONSÁVEIS PELAS APLICAÇÕES IRREGULARES, PUNIDOS PELA PREVIC POR GESTÃO TEMERÁRIA, E AINDA INVESTIGADOS POR GESTÃO FRAUDULENTE PELA POLÍCIA FEDERAL, MINISTÉRIO PÚBLICO, CVM E BANCO CENTRAL

-

*Comunicado dos Conselheiros Eleitos CDE/SERPROS – Número 06 –
15/06/2016*

Prezados Participantes,

Não existe qualquer fundamento nas afirmações da matéria do jornalista Luiz Queiroz com o título “Briga política abafa auditoria no SERPROS”, publicada no blog Capital Digital no dia 08/06/2016 (<https://representacaodosparticipantesdoserpros.files.wordpress.com/2016/06/briga-polc3adtica-abafa-auditoria-no-serpros-e28093-capital-digital.pdf>), de que auditoria interna, em andamento, havia

constatado aplicações irregulares realizadas pelo ex-Interventor que causaram grandes prejuízos ao SERPROS.

Também não existe a auditoria que, segundo o jornalista, pode ser abortada a qualquer momento em razão de briga política provocada pelos Conselheiros Deliberativos Luiz Antonio (Gato) Martins e Mauro Simião, com apoio da Presidente do SINDPPD-RS, Vera Guasso, para derrubar a atual Diretoria do SERPROS, briga política esta que **“... pode estar servindo de cortina de fumaça para encobrir coisas estranhas que andaram acontecendo nos bastidores do SERPROS durante a esquisita intervenção sem resultados promovida pela Previc”**.

Em função da gravidade das acusações, embora seja bastante conhecida a falta de credibilidade do citado jornalista, realizamos intenso trabalho para apurar a veracidade das supostas aplicações irregulares, de modo a prestar os esclarecimentos devidos aos participantes.

No dia 09 de junho, entregamos pessoalmente correspondência ao responsável pela área de investimentos, Sr. Armando Martins, complementada por mensagem eletrônica da mesma data(<https://representacaodosparticipantesdoserpros.files.wordpress.com/2016/06/correspondc3aancia-a-armando-martins-09junho2016.pdf>), solicitando pronta resposta a todas as questões levantadas pelo jornalista, e que seja encaminhada cópia ao Presidente do Conselho Fiscal - COF, Conselheiro Eleito Thadeu Portella, para ser analisada na próxima reunião ordinária daquele pleno, marcada para os dias 28 a 30 do corrente mês. Na ocasião, o **Sr. Armando Martins nos confirmou que não existe qualquer auditoria em andamento que esteja investigando supostas aplicações irregulares realizadas no período de intervenção.**

**FATOS COMPROVAM NÃO TER FUNDAMENTO AS
ACUSAÇÕES DE APLICAÇÕES IRREGULARES**

**NO PERÍODO DE INTERVENÇÃO COM PREJUÍZOS AOS
PARTICIPANTES**

A seguir, apresentamos as acusações do jornalista e o resumo dos fatos que apuramos e que demonstram que as mesmas não tem qualquer veracidade. Os detalhes fazem parte do documento “Esclarecimento sobre acusações de perdas em renda variável e em títulos públicos”, que pode ser acessado no link <https://representacaodosparticipantesdoserpros.files.wordpress.com/2016/06/anexo-comunicado-06.pdf>.

ACUSAÇÕES DE PREJUÍZOS EM RENDA VARIÁVEL

*“Um dos mais fortes e prejudiciais indícios foi o **saque feito de um dos fundos de bolsa do SERPROS dias antes e que reduziu em R\$ 70 milhões o volume de recursos em renda variável.** Se o processo não estava pronto, porque sacar os recursos, já se sabia de antemão quem receberia e ganharia? Porque, após um ano de intervenção, esse processo foi finalizado às pressas? **O saque atabalhado dos R\$ 70 milhões fez com que o SERPROS de ganhar com a alta das bolsas, prejudicando os participantes, quem será responsabilizado por isso?**”*

O QUE FOI APURADO PELOS CONSELHEIROS ELEITOS

- **A decisão de troca de gestores não foi decisão exclusiva do Interventor. É prática normal e já estava sendo discutida bem antes do início da intervenção,** com o Interventor apenas autorizando o processo de substituição, que foi conduzido pela área técnica;
- **O processo da troca de gestores não foi finalizado às pressas. Seguiu todos os passos determinados no Manual de Investimentos,** tendo durado cerca de 9 meses;
- **Não foram efetivadas as trocas de gestores e as transferências de recursos até o final de abril/2016, quando foi encerrada a intervenção, já que o processo de substituição dos gestores foi cancelado pelo novo Diretor de Investimentos, ilegalmente nomeado, no seu primeiro dia de trabalho, depois de já**

assinados os contratos, com argumento de que não havia participado de todas as etapas dos processos;

- **Até o encerramento da intervenção, não ocorreram saques, muito menos de forma atabalhoada, nos recursos em renda variável, não tendo havendo, portanto, prejuízos com a alta das bolsas.**

ACUSAÇÕES DE PREJUÍZOS EM TÍTULOS PÚBLICOS

“ ao longo do período de intervenção o SERPROS operou mais de R\$ 1 bilhão de reais em títulos públicos federais. Cerca de 45% das operações foram feitas em uma distribuidora de valores de pequeno porte, sem processo seletivo. NENHUMA VEZ EM LEILÕES DO BANCO CENTRAL. Ao invés disso, em datas próximas aos leilões, o SERPROS comprava e vendia os títulos públicos nessa distribuidora. EM VÁRIOS DOS DIAS ATÉ AGORA AUDITADOS O SERPROS ADQUIRIU OU VENDEU NOS PIORES PREÇOS PRATICADOS”.

“A distribuidora de valores onde foi feita a concentração dos títulos públicos foi a Renascença DTVM, indicada pelo assessor de investimentos contratado pelo interventor, sr. Helio”.

O QUE FOI APURADO PELOS CONSELHEIROS ELEITOS

- **A definição do Interventor, desde o início da Intervenção, foi direcionar todos os novos recursos para aplicações em Títulos Públicos no curto prazo, mais seguros e com boa rentabilidade em todo o período da intervenção, opção reforçada pela necessidade de aumento da liquidez, devido ao início do APA, em fevereiro/2016, e de procurar maior rentabilidade para compensar os provisionamentos decorrentes das aplicações irregulares de alto risco em títulos privados, que alcançaram cerca de R\$ 500 milhões no período de intervenção.**

- **Estas características direcionaram estas aplicações para serem realizadas no mercado e não em leilões do Banco Central, pois estes não ocorrem diariamente e são voltados para a compra de títulos de longo prazo, portanto, voltados para o alongamento da carteira.**

- **Todas as aplicações em títulos públicos foram realizadas e monitoradas conforme determinado pela Resolução CGPC 21/2006, dentro dos preços referenciados pela ANBIMA e pelo mercado.**
- **Balanço das aplicações em títulos públicos no período de intervenção demonstra que não houve prejuízo com as operações realizadas. Ao contrário, o patrimônio do SERPROS cresceu, mesmo com o provisionamento de cerca de R\$ 500 milhões, devido, claramente, à maior rentabilidade em títulos públicos.**
- **As operações com títulos públicos foram realizadas com três instituições “dealers” (Santander, Icatu e Renascença), selecionadas pelo Banco Central para operarem em seu nome, e escolhidas pelo SERPROS segundo critérios definidos no Manual de Investimentos.**
- **Hélio Darwich não teve qualquer influência na escolha da Renascença, que opera com o SERPROS desde 2012. O mesmo foi contratado em 2015, como assessor de investimentos, tendo sido demitido pelo Interventor antes do término da intervenção, sem ter qualquer influência nas decisões dos novos investimentos, inclusive na escolha de corretoras ou “dealers”.**

ATENÇÃO PARA ACUSAÇÕES DIVULGADAS NO BLOG CAPITAL DIGITAL

Chamamos a atenção de todos para não desviarem a atenção de nossa luta para recolocar o SERPROS no caminho da reestruturação e reconstrução, iniciada no período da intervenção decretada pela PREVIC, e **não se deixarem levar pelas ações claramente diversionistas do jornalista Luiz Queiroz**, que agora resolveu ir fundo em acusações mentirosas sobre o ex-Interventor e sobre os Conselheiros Eleitos, e outras lideranças de nossa luta, como a Vera Guasso, Presidente do SINDPPD-RS e Coordenadora da FNI - Frente Nacional dos Trabalhadores em Tecnologia da Informática.

Logo após o início da intervenção, aquele blog começou a repercutir as afirmações mentirosas dos ex-diretores afastados e da Fenadados de que o SERPROS estava superavitário e, portanto, não havia razão para a intervenção, sendo a mesma de natureza política, como parte

de disputa no interior do governo pela Presidência do patrocinador SERPRO.

Em matéria publicada no seu blog do dia 15 de fevereiro deste ano, com o título “Sobre Serpros e Petros” (<https://representacaodosparticipantesdoserpros.files.wordpress.com/2016/06/sobre-serpros-e-petros-e28093-capital-digital.pdf>), o jornalista afirmou que a PREVIC revirou **“o Serpros do avesso e aparentemente nada que justificasse a intervenção num fundo de pensão superavitário foi encontrado”**. Isto, um mês e meio depois que a Aspas havia divulgado a decisão da Diretoria Colegiada da PREVIC do dia 14/12/2015, publicada no Diário Oficial da União em 30/12/2015, de aprovar por unanimidade todas as propostas da Comissão de Inquérito, que investigou as aplicações irregulares no SERPROS, de punir por gestão temerária os responsáveis, e ainda enviar o processo para a Polícia Federal, Procuradoria Geral da República, CVM e Banco Central, por ter encontrado fortes indícios de gestão fraudulenta (<https://representacaodosparticipantesdoserpros.files.wordpress.com/2016/06/boletim-aspas-18janeiro2016.pdf>).

Notem que a matéria sobre os supostos prejuízos que teriam sido causados pelo ex-Interventor foi divulgada um dia depois que decidimos não permanecer na reunião do CDE, em função dos Conselheiros Indicados não concordarem em colocar na pauta a decisão de nomear uma nova Diretoria, e que, na vídeo conferência com a Presidente do SERPRO, diversos participantes, além de nós, solicitaram a implementação de ações imediatas para resolver a grave crise de governança do SERPROS, causada pela nomeação ilegal da Diretoria Executiva pelos Conselheiros Deliberativos Indicados.

No mesmo dia das acusações do jornalista, a Diretoria do SERPROS, ilegalmente nomeada, fez publicar Informativo afirmando que a PREVIC não havia feito qualquer questionamento sobre a regularidade da nomeação da mesma. No dia seguinte, divulgamos o Comunicado 05 (<https://representacaodosparticipantesdoserpros.files.wordpress.com/2016/06/comunicado-aos-participantes-nc3bamero-05-09junho2016.pdf>), demonstrando que haviam mentido, e no dia 10/06,

o jornalista volta com novas acusações absurdas e mentirosas, agora jogando pesado contra o Conselheiro Luiz Antonio Martins, de que o mesmo havia sido apoiado pelo ex-Interventor, e, portanto, como teria havido prejuízos “estranhos” no período de intervenção, deixa no ar, de forma covarde e irresponsável, que a sua campanha possa ter recebido dinheiro subtraído do patrimônio do SERPROS (https://representacaodosparticipantesdoserpros.files.wordpress.com/2016/06/serpros_-e2809csr-hc3a9lioe2809d-c3a9-o-mesmo-do-e2809ccaso-bvae2809d-e28093-capital-digital.pdf).

Finalmente, temos certeza que este crescendo de ações ilegais e acusações mentirosas demonstra um claro desespero destas pessoas, bem como de que estamos muito próximos de conseguir a saída delas da Diretoria do SERPROS, e, depois, de suas substituições, pelo SERPRO, nos Conselhos Deliberativo e Fiscal.

Abraço em todos.

Rio de Janeiro, 15 de junho de 2016

Conselheiros Deliberativos Eleitos CDE/SERPROS

Alexandre José Valadares Jordão, Luiz Antonio Martins e Mauro Roberto Simião